



Assembleia geral com indicativo de greve

Terça, dia 6/12 – Assembleia geral com indicativo de greve por tempo indeterminado

Quarta, dia 7/12 – Manifestação na CFT a partir das 10h (concentração às 9h no Anexo II da Câmara dos Deputados) e ato no Supremo Tribunal Federal a partir das 15h

Assembleia geral no dia 6 de dezembro, com indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 7 – esse é o próximo passo da categoria na luta pela aprovação do reajuste salarial.

São duas frentes de batalha: o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. “A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara tem que aprovar o relatório do PL 6613 e está adiando. E a Comissão Mista de Orçamento precisa incluir os valores do reajuste no projeto da Lei Orçamentária de 2012”, explicou o deputado Policarpo.

Ele acompanhou o processo desde o início das discussões da categoria sobre o novo plano de carreira, ainda como coordenador do Sindjus, e avalia que o projeto está parado no Congresso por conta da pressão do governo. Isso nos leva à segunda frente de batalha: o Supremo, que ainda não pautou o Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus para garantir os valores do reajuste na Lei Orçamentária.

“A negociação no Congresso depende diretamente desse Mandado de Segurança. O projeto só será aprovado

quando ficar claro para o governo que o Supremo não vai deixar barato”, afirmou Policarpo.

Portanto, os servidores precisam se mobilizar nessas duas frentes de luta: Congresso e STF. A assembleia geral de terça-feira, dia 6 de dezembro, vai decidir se a categoria iniciará no dia 7 uma greve por tempo indeterminado. E já estão marcadas duas manifestações para a quarta-feira: na Comissão de Finanças e Tributação, que se reúne a partir das 9h, e em seguida no Supremo Tribunal Federal.

DELEGADOS FAZEM REUNIÃO DECISIVA NA SEXTA

Os delegados sindicais foram os grandes responsáveis pela maciça presença dos servidores nas assembleias setoriais realizadas em novembro, que reuniram mais de mil participantes. Nesta sexta, a partir das 15 horas, estarão reunidos em torno do debate de questões vitais para a atual estratégia de luta da categoria. Serão avaliadas as ativi-

dades na Câmara dos Deputados, a paralisação de 24 horas realizada esta semana e o trabalho junto ao Supremo Tribunal Federal pela aprovação do reajuste salarial.

“O governo insiste em excluir o PL 6613 da LOA, mesmo com as emendas orçamentárias aprovadas pela CCJ. O ministro Luiz Fux ainda não se definiu quanto ao Mandado de Segu-

rança que impetramos para assegurar o reajuste”, analisa o coordenador do Sindjus Berilo Leão. “Estamos chegando ao final do ano sem garantias para o nosso projeto. Por isso a reunião de delegados sindicais é tão importante. Nesse encontro serão traçados os rumos do movimento de acordo com as realidades de cada local de trabalho”, completa.

O MPU não pode se calar diante do desrespeito ao Poder Judiciário

O andamento do Mandado de Segurança para garantir o respeito à autonomia constitucional do Judiciário e a implementação do reajuste depende agora de um parecer do Procurador-Geral da República. A assembleia dos servidores do MP, no dia 29/11, aprovou a necessidade de sensibilizar o PGR por meio de uma carta

Exmo. Sr. Procurador-Geral da República,

Nós, servidores do MPU, fazemos uma apelo a Vossa Excelência no intuito de solicitar que encaminhe em caráter de urgência o parecer solicitado pelo ministro do STF Luiz Fux ao Mandado de Segurança impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) com objetivo de garantir a autonomia constitucional política, administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Conforme entendimento da nossa assembleia-geral realizada no último dia 29, precisamos ajudar a nossa carreira-irmã, formada pelos servidores do Poder Judiciário, a combater os abusos praticados pelo Poder Executivo, que insiste em desrespeitar decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao orçamento do Judiciário.

Em sessão administrativa do dia 3 de agosto de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu não só contemplar o reajuste dos servidores (PL 6613/09) na proposta orçamentária do Judiciário, como exigir a não interferência do Executivo nessa proposta. Porém, não é isso que vem ocorrendo. Portanto, cabe a Vossa Excelência tomar as medidas necessárias para que a decisão do Supremo seja respeitada pelos demais poderes.

A política de reajuste zero adotada pelo governo Dilma Rousseff não pode comprometer o funcionamento e o desenvolvimento do Poder Judiciário e/ou do Ministério Público. O próprio presidente do STF, ministro Cezar Peluso, tem afirmado que o reajuste dos quadros do Judiciário é uma importante medida anticrise, uma vez que devolve o poder de compra a uma parcela importante de servidores.

Além disso, o reajuste salarial da nossa carreira terá muito mais chance de ser aprovado se os servidores do Judiciário obtiverem uma vitória no Congresso Nacional. É impossível não se sensibilizar com o desrespeito com que o Executivo vem tratando os interesses da nossa categoria. O que está em jogo não é só o nosso reajuste, mas o futuro do serviço público brasileiro e do Estado Democrático de Direito.

Como o processo já está com Vossa Excelência há mais de um mês observamos a necessidade imediata de uma resposta sua ao Supremo frente aos abusos cometidos pelo Executivo. Afinal, faltam poucos dias para a LOA-2012 ser fechada. Vossa Excelência precisa defender o STF e a Constituição Federal da República. O Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus contempla essas defesas.

Por tudo isso, reafirmamos a importância de Vossa Excelência no processo de valorização da nossa carreira e na consolidação da autonomia do Poder Judiciário.

Servidores do MPU